

Profissões regulamentadas: o debate mal conduzido

Edmar Roberto Prandini
Gestor Governamental
edmarrp@yahoo.com.br
Janeiro de 2023

Circulam notícias de que um projeto de lei pretende abolir a regulamentação de uma série de atividades hoje consideradas “profissões regulamentadas” no Brasil. Os problemas relativos às profissões regulamentadas envolvem as temáticas da ética profissional, da capacidade técnica e da ocupação de espaços no mercado.

Há diversos equívocos que precisam ser afastados. Conhecimento, ciência e capacidade técnica não são propriedades exclusivas dos cursos universitários nem podem ser transferidos pelo fato de que as pessoas ingressaram num curso superior, em quaisquer das modalidades que sejam.

Há alguém que duvide de que as pirâmides no Egito, algumas resistindo a quase 5 mil anos de história, sejam construções sólidas? Os “engenheiros” que as projetaram e que coordenaram os milhares de trabalhadores escravos empregados na sua construção fizeram que faculdade? Que instituições legitimaram seu conhecimento senão os jogos palacianos no interior das cortes faraônicas?

Em que universidades geniais os romanos aprenderam sobre a gravidade (que Newton só descobriu quase 2000 anos depois) que os possibilitava calcular a inclinação para conduzir água pelos aquedutos, projetos que resistiram também em mais de 2 milênios, o que implica que suas noções de engenharia civil ainda desafiariam os altamente qualificados e devidamente registrados pelo CREA engenheiros responsáveis por Brumadinho, por exemplo, que tantas pessoas prejudicou.

Quais foram os engenheiros vikings que projetaram aquelas embarcações que enfrentaram os mares do norte do planeta percorrendo itinerários que saiam da Suécia, Noruega, Finlândia ou Dinamarca para chegar à Groenlândia, depois da Islândia, ainda no primeiro milênio da era cristã, em uma viagem similar àquela a que o poderoso Titanic inglês do começo do século XX não resistiu? Em que universidades estudaram aqueles inventores? Que conselhos de classe legitimaram sua contratação afim de que se dedicassem ao projeto de embarcações inovadoras?

E, para considerarmos alguns gênios talentosos mais próximos de nossa história, onde formaram-se os construtores navais que lançaram no mercado as embarcações movidas em grande parte pela energia eólica, adeptos das teses de sustentabilidade que eram, as tais caravelas, que permitiram romper com as crenças da existência de monstros oceânicos e aquelas de que a superfície plana da terra, se desafiada em suas fronteiras, levaria a um precipício sem fim e sem retorno? Na faculdade de engenharia naval Escola de Sagres, dos portugueses? Quem sabe era uma faculdade com ensino disciplinado de matemática (aprendida dos árabes, repreendidos diariamente por não serem cristãos, talvez)? Além da matemática, também estudavam astronomia, de novo lendo livros emprestados pelos mouros que haviam criado um repositório com as publicações da Biblioteca de Alexandria, no Egito, de antes do incêndio.

Também não tenho informação sobre as instituições de ensino que formaram os desenvolvedores das pirâmides maias, os conselhos de engenharia ou de arquitetura que autorizaram o exercício

profissional dos autores das construções incaicas, dentre tantas outras produções maravilhosas da engenhosidade humana obtidas fora das convenções sociais que decidimos entender como condição sine qua non para que as pessoas possam atuar.

Em quase todos os exemplos, citei construções e obras de engenharia, por sua materialidade. Mas, não nenhuma preferência positiva ou negativa para os profissionais da construção civil. Da medicina oriental, destaca-se sempre sua ancestralidade e, ainda quando os engenheiros da época não tivessem construído hospitais nem inventado máquinas e equipamentos para examinar o corpo humano, eles já eram capazes de minimizar sofrimento de formas que ainda hoje nos assombram, literalmente: como é que conseguiam e ainda conseguem, com tão poucos recursos, tantos benefícios proporcionais, denotando uma eficiência tão alta para tão baixos custos, que poucos economistas gostariam de admitir?

Não se trata de discutir se há valor ou não, na atualidade, em frequentar um curso de nível superior. É óbvio que formar-se em um curso sistematizado ofertado por uma instituição de ensino superior é importante. Mas, a primeira questão que exige-se que reconheçamos: a inteligência e a criatividade (se preferirem em forma mais “técnica”, a inventividade) não são propriedades transferíveis parcialmente apenas àqueles matriculados e de transferência incremental em função da aproximação das formaturas, cada vez mais, tantas quantas forem as formaturas de que a pessoa participe.

Esse deveria ser o primeiro ensinamento: inteligência e criatividade não dependem de escolas para existir nem de diplomas de que se orgulhar. Esta é a premissa científica essencial e baliza de toda a ciência. O saber está a disposição de todos quantos se importem com ele, sem poder ser tolhido de ninguém, exceto em caso da morte da pessoa.

O segundo ponto que há que se discutir é sobre a dimensão ética: para que saber? Para que estudar? para que aprender ciência? Para que ser cientista?

A tendência é que as pessoas façam adesão a uma perspectiva segundo qual a resposta para estas perguntas sejam o aumento dos rendimentos. Sim, este é um resultado importante da educação e da ciência: ganhos incrementais de rendimento no tempo de estudo (esse é o valor das escolas: abreviar o tempo de aprendizagem, pelo compartilhamento dos saberes já organizados); nos incrementos de benefícios socialmente compartilhados (trazer a água por encanamento, por exemplo, é bem mais ágil do que ter que ir aos rios, lagos ou poços buscar a cada necessidade); nos incrementos econômicos e financeiros dos que trabalham o conhecimento acumulado ou a inovação de conteúdos decorrente da pesquisa como matérias-primas ou como ferramentas técnicas de sua produção material ou imaterial. Mas o motivo maior é bem mais simples de se pronunciar.

O saber, o estudo, a aprendizagem da ciência ou a atividade da pesquisa tem como motivo primeiro a ética do serviço ao outro. Em linguagem religiosa, a fórmula “amor ao próximo” é bastante elucidativa.

Para evidenciar com clareza: um profissional da área médica (não apenas os médicos, mas também enfermeiros, fisioterapeutas, dentistas, psicanalistas, terapeutas ocupacionais, etc...) não se forma para beneficiar-se diretamente do conhecimento médico adquirido nas faculdades ou na pesquisa direta: de preferência, ele gostaria de jamais precisar de serviços médicos para si mesmo ou para aquelas pessoas que ama (esposa, filhos, parentes próximos ou amigos). Um profissional da área médica é fortemente motivado por uma proposição de dedicar-se à vida de outros, desconhecidos que sejam, preferencialmente.

Assim, por exemplo, não há quem oponha-se à atuação dos médicos nas guerras, por exemplo, sob a insígnia da Cruz Vermelha, no mundo ocidental. Ou poucas organizações no mundo contam com

tanta simpatia quanto os chamados Médicos Sem Fronteiras, que ofertam serviços médicos fora dos limites territoriais dos países em que nasceram ou sob preocupação com os limites impostos pelas administrações territoriais sempre mutantes em função de conflitos geopolíticos de ordens tão diversas.

A finalidade da existência da profissão médica é o “amor ao próximo”, ainda quando nada mais o próximo possa retribuir: não tenho conhecimento, exceto em situações de genocídio e de perseguições nazi-fascistas, de teses eticamente respaldadas que tenham como conteúdo a defesa a eliminação sistemática de grupos “inferiores” ou “improdutivos”, de crianças, idosos, doentes, “inválidos”, etc. Grupos, agremiações formais ou informais, agentes ou líderes políticos ou religiosos que defendem tais tipos de argumentações, acabam atraindo contra si pesada oposição política, ideológica e religiosa, porquanto afronta as mais arraigadas origens de todo esforço da existência humana, que é amar e servir, como tão bem sintetiza o ensinamento de Inácio de Loyola, fundador da ordem jesuíta, a “Sociedade de Jesus”, no século XVI.

Mas, amar e servir, como raízes éticas de toda a atividade de conhecimento e do exercício profissional, ainda que difundidos frequentemente pelas vias religiosas, não limitam-se aos religiosos, como preceitos de vida, nem aos profissionais da área médica ou da saúde, mas explicam as razões de existência de todas as profissões. Não são o produto financeiro nem os resultados econômicos obtidos que justificam as profissões, mas as raízes éticas da solidariedade humana, os preceitos do amor ao próximo, nas diversas fórmulas que os tornem mais compreensíveis para cada pessoa. É por isso que as profissões declaram-se profissões, tais como as “profissões de fé”: porque declaram-se crentes de que amar ao próximo e prestar-lhe serviço é sua razão de existência.

Assim, as profissões se definem não pelas oportunidades econômicas nem pelos maiores quinhões financeiros a que acedem, mas pela ética profissional que detalham de que forma os domínios do conhecimento técnico e seu exercício (serviço) são formas operacionalmente autênticas, a saber, de uma autenticidade oriunda do sentimento do amor ao próximo, ainda quando desconhecido.

Assim, por exemplo, os profissionais dedicados aos direitos e à lei, dedicam-se à resolução dos conflitos e dos litígios, buscando o equilíbrio entre os oponentes; atuam na direção de obter a absolvição dos que não possuem culpa no descumprimento da lei, ou o perdão total dos que incorreram em pequenos erros legalmente tipificados, ou ao perdão parcial dos que cometeram erros mais graves. A lógica é sempre a minimização de danos, a proteção da pessoa, especialmente da mais fragilizada nas circunstâncias do conflito ou frente ao poder de juízo das multidões ou do Estado.

No caso das construções, das obras de engenharia, ou das produções de veículos e meios de transporte individual ou coletivos, evitar os acidentes, as quedas, os soterramentos e as mortes em escombros são o serviço prestado à vida das pessoas. Construir uma usina de energia baseada em fontes renováveis são amor na medida em que ofertam condições de elevação da qualidade de vida e trabalho de todos os demais participantes da sociedade. Assegurar que a construção não venha à ruína por falhas estruturais da execução ou do projeto são serviço por preservar as vidas dos diretamente alcançados pelas estruturas físicas ou a qualidade de vida de todos quantos se beneficiam da irradiação de efeitos que uma instalação de infraestrutura pode representar.

Obviamente, sabe-se que há enfrentamentos motivados por interesses econômicos na decisão de instalação de empreendimentos de construção civil ou na aquisição de meios de transporte individuais ou coletivos, de carga ou de passageiros. A referência da ética profissional é de que a atuação do profissional do setor tenha como motivação não os resultados econômicos, mas a vida das pessoas. E, numa perspectiva ainda mais ampla, mais recentemente acolhida, de que os resultados econômicos não sejam provenientes de um estresse ambiental de efeitos devastadores.

Não escrevo estas linhas pretendendo que insurjam-se indivíduos ou grupos contra elas com ódio ou com acusação de ridicularização, mas impõe-se dizer: a profissão exercida, qualquer que seja, será verdadeiramente exercida não quando a pessoa demonstrar elevados níveis de conhecimento técnico na área nem quando dedicar-se ininterruptamente a ocupar-se de seu quefazer, mas quando a pessoa estiver disposta a “perder dinheiro” (resultados econômicos) para si ou para seus financiadores em nome dos preceitos da ética profissional, que visem, nas situações concretas onde haja conflito, em última instância, a preservação de vidas ou a preservação do meio ambiente, se a atividade tiver características que deteriorem as condições de vida das pessoas ou da preservação da fauna e da flora na sua proximidade ou não.

Eis as razões pelas quais a discussão sobre a Amazônia e seus povos são tão impactantes: a Amazônia e seus povos estão em grande parte em nosso país, o Brasil, mas nenhum país é dono da Amazônia nem de seus moradores. A Amazônia é de todo o planeta e o Brasil é o país que está incumbido de lutar com mais afinco por sua preservação e de todos os seus povos, de sua fauna e de sua flora.

Assim, discutir as regulamentações profissionais tendo em vista assegurar que os adquirentes de conhecimentos mediante cursos de nível médio ou superior ou inseridos no mercado de trabalho pelas limitações quantitativas impostas à contratação daqueles que não foram aprovados nos “exames” dos conselhos de regulamentação é pauperar muitíssimo a compreensão do que sejam as profissões.

De novo: as profissões e os profissionais definem-se pelo amar e servir, sendo melhores profissionais quando não se deixam encantar pelas oportunidades oportunistas de atuar unicamente em função de ganhos financeiros não alcançáveis por percursos regulares.

Para terminar: há uma forte indisposição da sociedade contra a chamada “corrupção”. O que muitas vezes as pessoas deixam de considerar é o que a palavra corrupção representa. Quando pensa-se em termos de esfera pública, predomina a perspectiva que trata a corrupção como sendo a apropriação individual de bens sociais, como o dinheiro público, produto da tributação sobre toda a sociedade, por exemplo, sem a oferta de nenhuma contrapartida para o benefício da sociedade ou por meios que desobedecem as leis.

No caso brasileiro, por exemplo, há muito boas universidades públicas, federais e estaduais, cuja oferta de vagas é limitada pelas disponibilidades escassas dos orçamentos públicos. Poucos são os governos que priorizam as universidades. Reconhecê-las como agregadoras de valor social e multiplicadoras de resultados econômicos soa como heresia onde pesquisas, professores e estudantes são considerados “arautos” da “hegemonia marxista, especialmente as ciências sociais. Assim, há alguns anos, quando decidiu-se pela políticas de cotas para beneficiar os estudantes oriundos de escolas públicas nos ensinos fundamental e médio ou para os estudantes negros, forte movimento de setores mais bem aquinhoados economicamente apresentou-se tentando impedir sua aprovação e legitimação na forma de lei federal. Os impostos pagos majoritariamente pelos pobres seriam usados pelos mais ricos para formar os filhos deles (dos mais ricos) nas melhores universidades do país, beneficiando-se da gratuidade do ensino público superior. Não é uma forma de corrupção, reproduzindo um sistema de injustiças sociais e agravando-as, por gerar mais vantagens para os já mais ricos contra os mais pobres?

Outra questão: quando o governo federal deliberou construir um programa para distribuir melhor os profissionais médicos no país, alcançando territórios da periferia das grandes cidades e regiões mais pobres no interior dos estados, a convocação pelos médicos para trabalharem naquelas localidades não apenas não teve apoio dentre os profissionais médicos quanto enfrentou deles forte oposição.

Não teria sido motivo para uma grande revisão por parte do Conselho Federal de Medicina acerca dos ditames da ética profissional pelos que detém credenciamento junto ao conselho? Certo que o governo federal construiu, depois dessa rejeição, o Programa Mais Médicos e, em moldes próximos àqueles dos Médicos Sem Fronteiras, negociou a atração de médicos estrangeiros, muitos dos quais oriundos de Cuba para atender aqueles objetivos. Mas a discussão sobre o direito de exercício profissional pelos “estrangeiros” foi tensa e desgastante, instalando objeções políticas e “de classe” num debate em que a atividade profissional enquanto serviço era o núcleo da produção da política pública. Será que parte da rejeição pela democracia pelas classes mais abastadas com base na acusação de “comunismo” não se irradiou a partir dessa objeção dos mais ricos a que médicos estrangeiros prestassem serviços aos pobres do país? Não se trata de corrupção quando os valores essenciais da atividade profissional deixam de ser o serviço à população? Não foi uma forma de corrupção de valores que acabou gerando os movimentos que insuflaram os tais atos antidemocráticos que tanto nos impressionaram desde o final das eleições até este começo de 2023?

O conhecimento técnico e científico são importantes. O credenciamento junto às instituições de regulamentação é importante também. Mas, neste caso, a finalidade deste credenciamento deve visar mais do que qualquer outra capacidade ou habilidade a compreensão de que a ética profissional é que define a profissão e que a ética profissional expressa-se não quando o profissional obtém maiores resultados financeiros, mas quando o profissional, em nome da defesa das pessoas e do meio ambiente, opõe-se à financeirização oportunística e devastadora do planeta. Esta coragem e esta dignidade não derivam do diploma nem do conhecimento técnico ou científico nem do credenciamento do conselho profissional. Esta coragem advém do senso ético. Eis o motivo para que atuem os Conselhos Profissionais. A Ética. Será que tem sido a marca de sua atuação institucional?

Será que a defesa de que as profissões devem ser regulamentadas e monitoradas no seu exercício por razões supostamente técnico-científicas ou de controle pelos “conselhos profissionais” justificam-se ou tem consequências políticas antidemocráticas, ainda quando aparentam ser muito “socialmente responsáveis”?

Amar e servir: descrevem a ética, a ética profissional e a democracia.